



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638530 - SP (2021/0001081-8)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LUIZ EDUARDO DE TOLEDO COELHO - SP208413  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : AMARILDO DO PRADO ROCHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de AMARILDO DO PRADO ROCHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravos em Execução n. 0021897-96.2020.8.26.0224).

O paciente cumpre pena de 5 anos e 10 meses de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime de tráfico de drogas.

A impetrante sustenta que o paciente é reincidente, não se tratando, contudo, de reincidência específica em crime hediondo, razão pela qual deve ser retificado o atestado de pena, para constar a exigência do cumprimento de 40% da sanção para progressão de regime, nos termos da Lei n. 13.964/2019, que alterou a redação do art. 112, inciso V, da Lei de Execução Penal.

Requer, liminarmente, a retificação dos cálculos da pena do paciente para que seja exigido o cumprimento de 40% da reprimenda para progressão de regime prisional. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente